



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Ficha de Unidade Curricular

Curso Doutoramento – Especialidade de Ciências Jurídico-Internacionais e Europeias (2026/2027)

1. Nome da Unidade curricular:

Seminário de Investigação - Direito da União Europeia

2. Informação Complementar:

Duração: Semestral ☐ Anual ☒
Horas de Trabalho: 504 / 80S+8 OT
Créditos ECTS: 18

3. Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular:

Maria José Rangel de Mesquita

4. Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular:

Não aplicável.

5. Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes):

Conhecimentos técnico-jurídicos:

- a aquisição dos conceitos técnicos jurídicos essenciais subjacentes à problemática jurídica que constitui o tema do seminário: confrontos entre integração, soberania e cidadania no momento presente da integração europeia e perspectivas de evolução;
- a montante, a aquisição crítica de conhecimentos aprofundados sobre a natureza e modo de funcionamento do modelo actual de integração europeia

Aptidões e competências:

- a análise crítica dos elementos essenciais do sistema jurídico da União Europeia;
- a análise crítica de *case law* e o seu contributo para o tema (e subtópicos) do seminário;
- a compreensão crítica da relação entre sistema da União e sua Ordem Jurídica e as ordens jurídicas nacionais e a soberania nacional e a cidadania (estádio actual e perspectivas de evolução);
- a partir do *case law* e da doutrina de referência, capacidade de investigar, de identificar e de analisar criticamente as possíveis vias de evolução quanto à problemática jurídica objecto de estudo que constituem desafios da integração europeia.

6. Conteúdos programáticos:

- I - Axiologia da União Europeia e Estado de Direito: juridicidade e garantia.
- II - Atribuições exclusivas dos Estados membros e protecção de dados: o caso da salvaguarda da segurança nacional.
- III - Tribunais superiores e Tribunal de Justiça da União Europeia: confrontos implícitos e confrontos explícitos.
- IV - Cidadania e Democracia (mais?) participativa: a Conferência sobre o Futuro da União Europeia, *follow-up* e revisão dos Tratados.
- V - O controlo jurisdicional externo (internacional regional) da actuação da União Europeia em matéria de direitos fundamentais: confrontos pendentes de solução.
- VI - Política Externa e de Segurança Comum e poder sancionatório da União Europeia: questões jurídicas actuais.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

7. Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular:

A UC, em regime de seminário, visa o desenvolvimento pelos alunos de um pensamento crítico adequado ao nível do ciclo de estudos, bem como a promoção da investigação e o desenvolvimento da ciência jurídica. Pretende-se promover a aquisição de quadros teóricos bem como a sua aplicação na resolução de problemas e desafios que se colocam no presente da integração europeia, permitindo aos alunos desenvolver investigação na área científica do direito da União Europeia sobre um tópico específico, bem como a sua capacidade de reflexão e análise crítica e o seu pensamento autónomo.

Os conteúdos programáticos integram uma abordagem abrangente de um conjunto de questões relevantes que, a partir do quadro jurídico actual do direito da União Europeia, se colocam à integração europeia no século XXI. Tal abordagem permite aos doutorandos, a partir desse quadro jurídico, desenvolver um debate crítico com vista à investigação científica e ao desenvolvimento da ciência jurídica.

8. Metodologias de ensino:

A metodologia de ensino, em seminário, assenta em dois vectores: (i) uma introdução a cada ponto dos conteúdos programáticos através de método expositivo e da problematização das questões jurídicas para fomentar o debate em seminário e o aprofundamento da investigação individual; (ii) a análise, debate e comentário crítico de jurisprudência (*case law*), bem como de doutrina de referência, relativa a cada um dos pontos dos conteúdos.

Sem prejuízo dos trabalhos solicitados a cada aluno, todos os alunos deverão preparar cada sessão de seminário mediante leitura da doutrina de referência e da jurisprudência pertinente.

9. Avaliação:

A avaliação dos alunos será efectuada com base nos seguintes quatro elementos: (i) trabalhos curtos apresentados ao longo do ano como solicitado pelo professor regente, em especial apresentação e análise crítica de jurisprudência ou de tópicos temáticos; (ii) participação presencial nos seminários; (iii) apresentação oral do resultado final da investigação desenvolvida sobre um tema específico do programa de acordo com a formação e os interesses individuais dos mestrandos, com vista à apresentação de relatório final escrito no final do ano; (iv) relatório final escrito final (a entregar no prazo previsto no regulamento em vigor: 31/7/2027).

A metodologia de ensino e avaliação manter-se-ão, com as devidas adaptações, no caso de, por decisão da Direcção da FDUL, haja necessidade de recorrer a modalidades de ensino à distância.

10. Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular:

A introdução teórica e problematização das questões jurídicas permite a aquisição dos conceitos técnico-jurídicos subjacentes à problemática jurídica que constitui o tema do seminário: confrontos entre integração, soberania e cidadania no momento presente da integração europeia e perspectivas de evolução.

A análise e o comentário crítico da jurisprudência, bem como de doutrina permitem, em especial, uma compreensão do seu contributo para a configuração e evolução de cada um dos temas dos conteúdos programáticos – com vista ao debate crítico, à investigação e propostas de novos quadros jurídicos enquanto objectivos da aprendizagem.

11. Bibliografia principal:

M. J. Rangel de Mesquita, *A União Europeia após o Tratado de Lisboa*, Coimbra, Almedina, 2010; *A Actuação Externa da União Europeia depois do Tratado de Lisboa*, Coimbra, Almedina, 2011; *Contencioso da União Europeia*, 4.^a ed., Coimbra, Almedina, 2022; *Direito da União Europeia. Textos Básicos*, Lisboa, AAFDL, 2016; *Direito da União Europeia. Integração, soberania e cidadania: Confrontos*, Lisboa, AAFDL, 2025

M.J. Rangel de Mesquita, Teresa Nunes, Ana Isabel Soares Pinto e Rui Tavares Lanceiro (Coord.), *A promoção dos direitos fundamentais e do Estado de direito enquanto valores europeus nas políticas públicas*, Lisboa, AAFDL, 2025

M.J. Rangel de Mesquita, Teresa Nunes, Ana Isabel Soares Pinto e Rui Tavares Lanceiro (Coord.), *Direitos Fundamentais e Estado de Direito enquanto Valores Europeus Após a Conferência sobre o Futuro da Europa*, Lisboa, AAFDL, 2025

Fausto de Quadros, *Direito da União Europeia*, 3.^a ed., Coimbra, Almedina, 2013 (reimpr. 2021)

A. M. Guerra Martins, *Manual de Direito da União Europeia*, 2.^a ed., Coimbra, Almedina, 2017



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

M. L. Duarte, *União Europeia – Estática e Dinâmica da Ordem Jurídica Eurocomunitária, Vol. I*, Coimbra, Almedina, 2017 (reimpr. 2020); *Direito da União Europeia. Lições desenvolvidas*, 2.^a ed., Lisboa, AAFDL, 2026

J. Machado, *Direito da União Europeia*, 4.^a ed., Coimbra, Gestlegal, 2022

M. Kellerbauer, M. Klamert e J. Tomkin, (Eds.), *Commentary of the EU Treaties and the Charter of Fundamental Rights*, 2.^a ed., Oxford, OUP, 2024

P. Craig e G de Búrca, *EU Law. Text, Cases and materials*, 8.^a ed., Oxford, OUP, 2024

R. Schütze, *An Introduction to European Law*, 4.^a ed., Oxford, OUP, 2025; *European Constitutional Law*, Oxford, OUP, 3.^a ed., 2021

Koen Lenaerts, P. Van Nuffel e T. Corthaut, *EU Constitutional Law*, Oxford, OUP, 2021

12. Observações:

Tema: Integração. Soberania e Cidadania: confrontos

A UC visa o estudo aprofundado de um conjunto de temas e questões jurídicas actuais da integração europeia que revelam confrontos entre integração, soberania e a cidadania, com vista ao desenvolvimento da investigação na área científica do Direito da União Europeia.

O ensino da unidade curricular integra o follow-up do ensino e a investigação do Módulo Jean Monnet “Fundamental Rights and Rule of Law as European Values in a Global World after the Conference on the Future of Europe” (2022-2025, Key Topic 1 - Fundamental Rights and Rule of Law as EU values: evolving legal and jurisprudential framework in the EU and beyond the recovery in response to the Covid-19 crisis and the Convention on the Future of Europe and Key Topic 3 – Promoting the role of Fundamental Rights and the Rule of law as EU values in national and international regional litigation [Pontos I, IV, V e VI dos conteúdos programáticos]).

Programa e bibliografia desenvolvidos: consultar a página da UC (na plataforma de *e-learning* da Universidade de Lisboa disponível na página da FDUL).



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Curricular Unit Sheet

Course PhD– Juridical International and European Sciences (2026/2027)

1. Curricular Unit Name:

Research Seminar - European Union Law

2. Complementary Information:

Duration: Semester ☐ Annual ☒
Work hours: 504 / 80S+8 OT
Credits ECTS: 18

3. Responsible Academic staff and respective workload in the curricular unit:

Maria José Rangel de Mesquita

4. Other academic staff and respective workloads in the curricular unit:

Non applicable.

5. Learning outcomes of the curricular unit:

Juridical knowledge: to acquire

- the technical-juridical key concepts which are essential to understand the legal problematic issues implied in the topic of the seminar: Integration, Sovereignty and Citizenship - confrontations, at the present stage of EU integration and beyond;

- as a departing point, knowledge in depth of the legal nature and functioning of the current model of EU integration.

Skills and competence:

- critical analysis of the main elements of the legal system of the EU;
- critical analysis of the case law and its relevance to the topic (and sub-topics) of the Seminar;
- critical comprehension of the relationship between the EU legal system and national legal orders and national sovereignty and citizenship (current stage and future perspectives);
- based on the *case law* and relevant doctrine, ability to research, identify and analyze in a critical way possible ways to overcome the confrontations at stake which are challenges to the european integration.

6. Syllabus:

I – Axiology of the European Union and Rule of Law: legal values and its protection.

II – Exclusive competences of the Member States of the EU and data protection: the national security case.

III – Superior Courts and the Court of Justice of the European Union: explicit and implicit confrontations.

IV – Citizenship and (more?) participative Democracy: The Conference on the Future of Europe, its Follow-up and the revision of the Treaties

V – The external judicial (international regional) control of the activity of the European Union and fundamental rights: pending issues.

VI – Common Foreign and Security Policy and sanctioning power of the EU: current legal issues.

7. Demonstration of the syllabus coherence with the curricular unit's objectives:



The Curricular Unit aims at the development by the students of a critical reasoning in line with the level of legal studies as well as the development of legal science. It is intended to promote the acquisition of a theoretical framework and well its application in order to solve current problems and challenges of the EU integration, allowing the students to develop research in the scientific area of EU Law on one specific topic, as well as its critical analysis and autonomous reasoning.

The syllabus includes a wide approach to some relevant issues with which the European integration is faced nowadays. Such approach allows the students, departing from an overall legal framework, to hold a critical debate in order to develop scientific research and contribute the development of legal science in the EU field of studies.

8. Teaching methodologies (including evaluation):

Teaching methodologies are based in two elements: (i) a theoretical introduction to each subject of the syllabus through the use of the expositive method and the identification of the main problematic juridical issues and the relevant doctrine to foster the debate in class and the deepening of the individual research; (ii) an analysis, debate and critical comment of the relevant case law, as well as relevant specialized legal literature, regarding each topic of the syllabus.

Besides the individual work as requested by the professor, all students should prepare each seminar class by reading the relevant literature and case law.

9. Evaluation:

The evaluation is based in the following four elements: (i) short works to present in class as requested by the professor during the academic year, namely brief critical presentation of relevant case law; (ii) the presential participation of the students in the seminars; (iii) oral presentation of the final outcome of the scientific research on a specific topic within the syllabus and according to the individual interest of the student, in order to the presentation of the final written report at the end of the academic year; (iv) final written report at the end of the academic year to be delivered in the deadline foreseen in the Regulation (31/7/2027).

The teaching and evaluation methodology will apply, *mutatis mutandis*, in the case that the Direction of the Faculty decides that there is the need to use distance learning methods.

10. Demonstration of the coherence between the teaching methodologies and the learning outcomes:

The theoretical introduction and identification of the juridical issues allows the acquisition of the key juridical concepts regarding the topic of the seminar: confrontations between EU integration sovereignty and citizenship in the present stage of EU integration and beyond.

The critical analysis of the case law, as well as of the relevant legal literature allows, namely, the understanding of its role to shaping the current stage and evolution of each of the legal issues involved in the syllabus – in order to promote critical debate, research and the proposal of (re)new(ed) legal frameworks by the students, which are expected to be learning outcomes.

11. Main Bibliography:

M. J. Rangel de Mesquita, *A União Europeia após o Tratado de Lisboa*, Coimbra, Almedina, 2010; *A Actuação Externa da União Europeia depois do Tratado de Lisboa*, Coimbra, Almedina, 2011; *Contencioso da União Europeia*, 4.^a ed., Coimbra, Almedina, 2022; *Direito da União Europeia. Textos Básicos*, Lisboa, AAFDL, 2016; *Direito da União Europeia. Integração, soberania e cidadania: Confrontos*, Lisboa, AAFDL, 2025

M.J. Rangel de Mesquita, Teresa Nunes, Ana Isabel Soares Pinto e Rui Tavares Lanceiro (Coord.), *A promoção dos direitos fundamentais e do Estado de direito enquanto valores europeus nas políticas públicas*, Lisboa, AAFDL, 2025

M.J. Rangel de Mesquita, Teresa Nunes, Ana Isabel Soares Pinto e Rui Tavares Lanceiro (Coord.), *Direitos Fundamentais e Estado de Direito enquanto Valores Europeus Após a Conferência sobre o Futuro da Europa*, Lisboa, AAFDL, 2025



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- Fausto de Quadros, *Direito da União Europeia*, 3.^a ed., Coimbra, Almedina, 2013 (reimpr. 2021)
- A. M. Guerra Martins, *Manual de Direito da União Europeia*, 2.^a ed., Coimbra, Almedina, 2017
- M. L. Duarte, *União Europeia – Estática e Dinâmica da Ordem Jurídica Eurocomunitária, Vol. I*, Coimbra, Almedina, 2017 (reimpr. 2020); *Direito da União Europeia. Lições desenvolvidas*, 2.^a ed., Lisboa, AAFDL, 2026
- J. Machado, *Direito da União Europeia*, 4.^a ed., Coimbra, Gestlegal, 2022
- M. Kellerbauer, M. Klamert e J. Tomkin, (eds.), *Commentary of the EU Treaties and the Charter of Fundamental Rights*, 2.^a ed., Oxford, OUP, 2024
- P. Craig e G de Búrca, *EU Law. Text, Cases and Materials*, 8.^a ed., Oxford, OUP, 2024
- R. Schütze, *An Introduction to European Law*, 4.^a ed., Oxford, OUP, 2025; *European Constitutional Law*, Oxford, OUP, 3.^a ed., 2021
- Koen Lenaerts, P. Van Nuffel e T. Corthaut, *EU Constitutional Law*, Oxford, OUP, 2021

12. Remarks:

Main topic: Integration, Sovereignty and Citizenship: confrontations

The curricular unit aims in general at the study of a set of topics and legal issues that challenge European integration in the present in order for the students to develop scientific research in the field of EU Law.

The teaching activity will be part of the follow-up of the teaching and research activities of the Jean Monnet “Fundamental Rights and Rule of Law as European Values in a Global World after the Conference on the Future of Europe” - (2022-2025, Key Topic 1 - Fundamental Rights and Rule of Law as EU values: evolving legal and jurisprudential framework in the EU and beyond the recovery in response to the Covid-19 crisis and the Convention on the Future of Europe and Key Topic 3 – Promoting the role of Fundamental Rights and the Rule of law as EU values in national and international regional litigation [Items I, IV, V and VI]).

Developed Syllabus and Bibliography: consult the webpage of the curricular unit (e-learning platform of the University of Lisbon available at the FDUL webpage).